



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

NOTA A COMUNIDADE

Os Institutos Federais são frutos de uma reorganização e expansão da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Até 2005, o país contava com 140 escolas técnicas, hoje, em todo o Brasil, contamos com 38 Institutos Federais e mais de 600 unidades espalhadas em todo território brasileiro, compondo uma unidade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.

Com projeto político pedagógico diferenciado para o ensino profissionalizante, os institutos nasceram conectados ao mundo de trabalho, focados no arranjo produtivo local e ofertando educação de qualidade para todos os segmentos da sociedade.

A Lei que criou os institutos determinou, ainda, que metade das vagas seja destinada a cursos técnicos de nível médio, etapa da educação básica na qual se registram os maiores índices de evasão. Além disso, 20% das vagas são reservadas para oferecer cursos de licenciatura, sobretudo nas áreas de Ciência e Matemática, que apresentam um déficit histórico de professores.

Importante ressaltar, também, que os Institutos Federais romperam com a centralidades exercidas pelas Universidades já consolidadas no país, promovendo a inclusão das regiões periféricas no sistema educacional público, gratuito e de qualidade, evidenciando, assim, o compromisso social dessas Instituições. Compromisso social assumido e exercido, mas que ano a ano vem sendo ameaçado pela falta de investimento, cortes orçamentários e descaso do Governo Federal.

O IFRS nasceu em 2008, com 04 unidades e pouco mais de 3 mil estudantes. Em oito anos o número de estudantes cresceu 600%, a quantidade de *campi* quadruplicou e o Instituto investiu na capacitação dos servidores e qualificação da infraestrutura, garantindo a democratização da oferta de ensino público, federal e de qualidade. O resultado deste esforço foi confirmado pela última avaliação realizada pelo MEC: o IFRS conquistou uma das melhores notas dentre as Instituições de Ensino Superior do Brasil, alcançando o Conceito 4, numa escala de 1 a 5.

Atualmente a Instituição é composta por 17 *campi*, em 16 cidades gaúchas, que ofertam educação profissional e tecnológica a mais de 21 mil estudantes distribuídos em 214 Cursos, sendo 16 de Pós-Graduação (Especialização e Mestrado), 129 Técnicos de Nível Médio e 69 Superiores (Bacharelados, Licenciaturas e de Tecnologias).

A fim de manter este trabalho de qualidade, o Conselho Superior do IFRS, vem a público, manifestar preocupação acerca das dificuldades orçamentárias que a instituição vem enfrentando no exercício de 2017, que são:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1. Redução Orçamentária Anual

No ano de 2016, de um orçamento de 58 milhões e 915 mil Reais, para custear a execução das atividades do Instituto, foi realizado um corte de 4 milhões e 265 mil Reais, totalizando 54 milhões e 650 mil Reais executados efetivamente.

Para o ano de 2017, o orçamento aprovado pelo Ministério da Educação foi de 50 milhões 762 mil Reais, redução de 8 milhões de Reais em relação ao orçamento de 2016, mesmo considerando que houve aumento de 5.317 estudantes em relação à 2016 e ampliação das instalações, com abertura de 04 novos *campi*.

Na prática, mesmo com o aumento planejado das matrículas ao longo dos últimos oito anos, o orçamento da instituição retornou aos níveis de 2012, conforme mostra a tabela a seguir.

Ano	Orçamento		Matrículas	
	Matriz Conif	Assistência Estudantil	Presencial	EAD
2012	R\$ 54.887.821,00	R\$ 3.699.586,00	11838	221
2013	R\$ 70.059.416,00	R\$ 6.343.397,00	13951	226
2014	R\$ 73.929.151,00	R\$ 9.370.107,00	13833	199
2015	R\$ 80.606.369,00	R\$ 10.299.561,00	14204	329
2016	R\$ 58.915.559,00	R\$ 10.224.447,00	15175	1078
2017	R\$ 50.762.365,00	R\$ 10.309.742,00	19682	1942

Tabela 1: Relação de Matrículas e Orçamento para Despesas Discricionárias do IFRS.

O primeiro reflexo deste quadro orçamentário, foi a redução de valores destinados à aquisição de equipamentos (laboratórios, mobiliário de salas de aula, computadores, entre outros), acervos bibliográficos e estrutura física (construção de laboratórios, conclusão de obras e reformas em geral) da Reitoria e dos 17 *campi*, que é de 3 milhões e 900 mil reais, 68,3% menor que o de 2016 (12 milhões e 300 mil reais).

Com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela o orçamento das instituições por 20 anos, torna-se inviável a implantação de novos cursos, novos laboratórios, ampliação de acervo bibliográfico e infraestrutura no ano de 2017 e posteriores, podendo resultar em fechamento de cursos e sucateamento da infraestrutura.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

2. Cortes e Limites Orçamentários

Não bastasse a redução no orçamento, o Governo Federal também anuncia um corte no orçamento de 2017, através da emissão do Decreto Presidencial nº 8.961/2017, conforme segue:

Natureza do Orçamento	Valor Matriz Conif	Valor do Corte	Valor Final
Custeio	R\$ 46.790.350,00	R\$ 4.699.563,00	R\$ 42.090.787,00
Investimento	R\$ 3.972.015,00	R\$ 1.167.833,00	R\$ 2.804.182,00
Custeio + Investimento	R\$ 50.762.365,00	R\$ 5.867.396,00	R\$ 44.894.969,00
Assistência Estudantil	R\$ 10.309.742,00	R\$ 1.030.974,00	R\$ 9.278.768,00

Tabela 2: Corte Orçamentário em 2017 no IFRS.

Deste modo, o orçamento que o Instituto deverá receber até o final do ano será de 44 milhões 895 mil reais para custeio, inviabilizando e/ou prejudicando o pleno funcionamento de nossos *campi*.

Ainda, em oito anos de funcionamento dos Institutos Federais, esse é o primeiro ano que a Assistência Estudantil sofre com os cortes, retirando recursos aplicados diretamente nos estudantes, em auxílios que garantem a permanência dos mais vulneráveis e que deveriam ter um olhar diferenciado por parte das Políticas Públicas.

Além disso, até o momento, não foi liberada a totalidade de nosso orçamento, mas apenas, 70% do custeio e 40% do investimento. Há promessa de nova liberação ao longo do segundo semestre, mas não temos perspectiva de prazos.

A não liberação do limite total do orçamento gera insegurança e não permite o planejamento da Instituição, pois não há garantias que o contingenciamento não permanecerá no segundo semestre.

3. Restrições de Uso do Orçamento

Desde 2016 o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPDG), vem restringindo o uso do orçamento nas despesas de serviços terceirizados, diárias, passagens, locações e contratação de estagiários dentre outras, por meio de portarias como a 28/2017 e a 67/2016.

Estas portarias determinam que o Ministério da Educação estabeleça restrições a cada unidade, impedindo que as mesmas gerenciem e apliquem seu orçamento conforme as suas necessidades. Na prática isso é uma ingerência sobre o orçamento da Instituição, nos forçando a reduzir serviços essenciais como limpeza e vigilância, desrespeitando a autonomia do IFRS como autarquia.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

É inaceitável a adoção de medidas como essas, contrariando a Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e concedeu aos Institutos Federais autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFRS reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Sul e do Brasil. Com o propósito de continuarmos a garantir a formação profissional e tecnológica do cidadão para a vida e para o trabalho, contamos com a sensibilização das autoridades e de toda a sociedade, para somarmos esforços e superarmos as dificuldades que atualmente enfrentamos.

Bento Gonçalves, 03 de agosto de 2017.

Conselho Superior do IFRS